Um novo modelo de educação profissional e tecnológica gera e fortalece condições estruturais necessárias ao desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania: um estudo de caso do Instituto Federal do Ceará – Campus Iguatu.

Sandy Andreza de Lavor Araujo[1], Maria Claudene Bezerra Gomes[2],

[1]Discente do Curso de Bacharelado em Serviço Social– IFCE – campus Iguatu Bolsista da FUNCAP. e-mail: sandyandreza@hotmail.com
[2], Professora do IFCE campus Iguatu Mestre em Políticas Publicas pela UFC e-mail: claudenebg@hotmail.com

Resumo: Esta pesquisa buscou analisar a expansão da rede federal de ensino, mais especificamente o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará - Campus Iguatu antiga Escola Agrotécnica Federal de Iguatu (EAFI), que a partir da Lei 11.892, publicada em 29/12/2008, ocorreu uma junção do CEFET - CE, EAFI e EAF – Crato, criando no âmbito do Ministério da Educação um novo modelo de instituição de educação profissional e tecnológica. Na proposta dos institutos federais a educação é compreendida como instrumento de transformação e de enriquecimento do conhecimento, capaz de modificar a vida social e atribuir maior sentido e alcance ao conjunto da experiência humana, devendo possibilitar aos trabalhadores a formação continuada ao longo da vida, reconhecendo competências profissionais e saberes adquirido informalmente em suas vivências, conjugando-os com aqueles presentes nos currículos formais, com a proposta de gerar e fortalecer condições estruturais necessárias ao desenvolvimento educacional e socioeconômico brasileiro.

Palavras–chave: Educação Profissional, Desenvolvimento, Cidadania.

1. INTRODUÇÃO

Com a evolução histórica da humanidade impulsionada pelo avanço das forças produtivas surge um *Trabalho complexo* que se diferencia do *Trabalho simples* pela necessidade de uma maior formação do trabalhador que agora deve dispender de um maior tempo de formação para o Trabalho. Isso gera um processo histórico social em que a Educação adquire uma nova função: a de formar para o trabalho. E é essa função redimensionada da Educação que ao longo do processo histórico faz através da necessidade, seja ela de mercado ou da classe trabalhadora, se construir um modelo de educação pautada na formação profissional através de cursos técnicos de aprendizagem e especialização em algumas áreas especificas para uma melhor e mais eficiente atuação no mercado de trabalho. No Brasil, a modalidade de Educação Profissional que nasce efetivamente em meados de 1909, desenvolve-se no caminhar da historia social de forma contraditória e diversa, sobre as bases da ressignificação e apropriação de algumas palavras/termos chaves, como por exemplo, o termo desenvolvimento nacional, cidadania, desenvolvimento e economia.

Tornar-se-ia uma análise reducionista, analisarmos compreensivamente a Educação Profissional e Tecnológica, sem nos determos um pouco à análise e ao contexto histórico da Educação Brasileira em diferentes períodos históricos para então chegarmos à realidade atual.

Por isso, é de considerável importância situarmos a Educação Profissional nos diversos períodos históricos da sociedade brasileira, para que assim possamos compreendê-la em sua totalidade, tendo com isso a possibilidade não só de uma análise simplista e reducionista, mas si de uma análise crítica ao modelo de ensino profissional e tecnológico que é tido como “novo” modelo de ensino e enquanto agente transformador da realidade social. Explanamos aqui uma análise da Educação Profissional e Tecnológica enquanto um modelo de educação construído historicamente, a partir da finalidade de atender a demandas sociais e a interesses distintos.

“Nesse âmbito, a educação profissional e tecnológica deverá ser concebida como um processo de construção social que ao mesmo tempo qualifique o cidadão e o eduque em bases científicas, bem

ISBN 978-85-62830-10-5
VII CONNEPI©2012

como ético-políticas, para compreender a tecnologia como produção do ser social, que estabelece relações sócio históricas e culturais de poder". BRASILIA 2004.

Na gênese da Educação Profissional e Tecnológica temos as primeiras instituições de ensino profissionalizante com as Escolas de Aprendizes Artífices em 1909, que no andar do processo histórico passaram a ser chamadas de Liceus Industriais em 1937; em 1942 de Escolas Técnicas Industriais; em 1959 de Escolas Técnicas Federais. Concomitante a isso temos segundo SILVA 2009, a configuração de uma rede de escolas agrícolas as Escolas Agrotécnicas, baseadas no modelo de escola fazenda passando em 1967 para o Ministério da Educação e Cultura tornando-se escolas agrícolas. E ainda em 1978 começa fase do processo de CEFETIZAÇÃO através do qual, no referido ano de 1978 as escolas federais do Rio de Janeiro, Paraná e Minas Gerais foram transformadas em Centros Federais de Educação Tecnológica. Atualmente em 2008 através da lei 11.892 cria-se os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia a partir da fusão de escolas técnicas, agrotécnicas e cefet´s.

Os cursos profissionalizantes presentes na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica de ensino vêm a atender a conjuntura das forças produtivas de cada época, embora com a mesma essência: profissionalizar e tecnificar a mão de obra formando trabalhadores para suprirem as demandas do mercado capitalista (empresarial) de trabalho, sobre o discurso da cidadania e do "educar para emancipar.". Criticamos aqui o uso que a classe dominante (notadamente a empresarial) e o próprio Estado fazem da Educação Profissional e Tecnológica, usando-a para a formação de mão de obra especializada para atender aos grandes monopólios e oligopólios do capital, através do barateamento da mão de obra e aligeiramento do ensino, ao invés de utiliza-la efetivamente como uma modalidade de educação que contribua para a emancipação ideológica, social e não só política, econômica e humana.

Recentemente a transformação das escolas técnicas, agrotécnicas e cefet´s em Institutos Federais de Educação, Ciência e tecnologia, veio a atender ao objetivo de formação ampliada de técnicos e tecnólogos para atuarem junto ao novo período ou fase da história: a fase da produção de tecnologia e comercialização desta, concomitante ao processo exorbitante de flexibilização das relações de trabalho e mundialização/financeirização do capital. O Brasil vem deixando de ser um país exclusivamente de economia agroexportadora, e está adentrando no ramo da tecnologia, ainda que esta seja em uma escala incipiente como uma necessidade sentida de se inserir no contexto econômico e politico mundial.

Há um claro atendimento a interesses econômicos por parte da atuação do ensino profissional técnico e tecnológico a partir da qualificação tecnicista da mão de obra. Temos sempre um padrão capitalista subordinador a obedecer, em prol de uma promessa de desenvolvimento local e regional, através da qualificação da mão de obra que se encontrar vaga de trabalho vai operar na produção e desenvolvimento das forças produtivas, fato que consequentemente fortalece as condições estruturais para a manutenção do sistema econômico vigente.

2. MATERIAL E MÉTODOS

A presente pesquisa foi realizada através da pesquisa documental em dados secundários provenientes de documentos do Ministério da Educação, da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica, e através de conteúdos relacionados ao tema, presente em Jornais, Revistas e Internet (de caráter idôneos).

Além da pesquisa documental feita no material acima referido, efetuamos a pesquisa bibliográfica em outras fontes como decretos, leis, livros, artigos, teses e dissertações, procurando enriquecer a discussão teórica sobre Educação profissional e implantação dos Institutos Federais.

Realizamos ainda, a pesquisa de campo através de entrevistas com o corpo discente, docente e administrativo do IFCE – Iguatu sob a forma de amostra escolhida de forma significativa e representativa aproximando-a ao máximo da realidade dos entrevistados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O conceito tanto de cidadania como de desenvolvimento, são bastante amplos e comportam uma série de aspectos conceituais, críticos e entrelaçados. Em diferentes anos e sobre diferentes visões, esses dois conceitos perpassam o conjunto das relações sociais sendo entendidos de acordo com a visão de mundo de quem os conceitua.

Se nos remetermos aos primórdios da história da sociedade notaremos que o conceito de cidadania é entendido pelos Gregos, por exemplo, basicamente como a função de exercer livremente seus direitos e deveres civis e políticos na cidade (polis).

Com o passar dos anos e a formação da sociedade burguesa, vemos a modificação conceitual que assume o termo cidadania e os elementos que se entrelaçam no processo em que exercermos, ou não, a cidadania.

Na sociedade moderna a burguesia toma para si o conceito de cidadania e o resignifica, sobre os moldes capitalistas de ser, nos diferentes espaços e situações da vida social. Se formos analisar quem é cidadão para a vida de social mercantilizada que temos, notaremos logo que cidadão é aquele que exerce seus direitos e deveres considerados pelo modelo de sociedade que temos, modelo de sociedade este que suprime os direitos e superdimensiona os deveres dos indivíduos, de forma a fazer cada vez mais com que a cidadania se restrinja ao campo dos deveres políticos a serem cumpridos pelos indivíduos em sociedade, e não aos direitos que esses mesmos indivíduos têm.

Podemos mencionar brevemente, que a aparência factual da nossa vida em sociedade, no modelo de sociedade capitalista, restringe a cidadania a deveres civis e políticos legitimado pelas leis, e mascara os direitos sociais, que embora postulados pelas leis constitucionais, não são legitimados em função do não acesso ao exercício da cidadania em seu sentido “ontológico”. A grande parcela dos indivíduos sociais, inseridos na sociedade capitalista, não exerce a cidadania plena que leve ao estagio da emancipação humana.

A cerca da emancipação humana, Tonet afirma: “Ressalte-se, inicialmente, que emancipação humana não é um estado, um ponto de chegada, mas um determinado patamar, uma determinada forma de sociabilidade”.

A educação está postulada na Constituição Federal como direito de todos, bem como a Saúde, a Segurança etc., porém a grande parcela da sociedade não tem acesso escola, o que demonstra que a existência das legislações não significa o cumprimento destas e com isso a legitimação do nelas está posto.

Desta forma, fica nítido, que no modelo de sociedade capitalista neoliberal, não temos a cidadania plena enquanto algo efetivo e exercido pela parcela maior da sociedade, precisando assim, que se criem a partir da maior parcela da sociedade, mecanismos eficazes e efetivos de provimento das condições de produção e reprodução das relações sociais, para o exercício pleno da cidadania e não apenas a conceituação retórica desta.

É ainda notório que a Educação é uma das formas dos indivíduos que tem acesso a ela, exercerem a cidadania, porém não equivale dizer que o acesso a escola é o exercício pleno da cidadania, pois vemos que o acesso a escola é só mais um dos direitos que compõem o amplo conceito de cidadania.

> É necessário se indagar se a Educação tecnológica está de fato voltada para a cidadania, entendida esta como a efetiva realização da qualidade de vida que seja “aval da emancipação humana”. A oferta de um nível de ensino deve legitimar-se do compromisso com o social; só assim se torna ética a atuação profissional. FIGUEREDO, 2008.

Assim como o conceito de cidadania, o conceito de desenvolvimento é amplo e complexo, assumindo diferentes sentidos e caracterizando inúmeros aspectos nas mais diversas épocas da história.

Ouvimos corriqueiramente no nosso dia a dia falar em Desenvolvimento Econômico, Desenvolvimento Social, Desenvolvimento Sustentável. Cada um desses “desenvolvimentos” são atrelados entre si na sociedade moderna.

O desenvolvimento social é composto tanto pelo desenvolvimento econômico, mola propulsora do desenvolvimento social na sociedade capitalista quanto pelo desenvolvimento sustentável, elemento retórico das discursões contemporâneas, bem como é composto pelo desenvolvimento educacional, elemento entendido aqui como o avanço e aprimoramento do sistema educacional e das politicas publicas educacionais para o pleno acesso da parcela maior da sociedade a produção de conhecimento.

Por isso, é de significativa importância que seja efetivado mecanismos que propicie o pleno desenvolvimento social atrelado ao desenvolvimento educacional, econômico, sustentável, desenvolvimento tecnológico e demais categorias de desenvolvimentos, porque o Desenvolvimento da sociedade é um processo complexo e dialético mesmo nos moldes societários capitalistas, onde apesar do desenvolvimento dos meios de produção propiciador do desenvolvimento econômico - que é mola propulsora da sociedade capitalista, através da exploração da força de trabalho – temos altos níveis de desigualdades sociais, altos níveis de insustentabilidade ambiental bem como altos níveis de desigualdades educacionais com um restrito acesso a produção de conhecimento a partir do acesso a escola.

> Quer dizer, uma educação que contribua para formar os indivíduos como cidadãos e cidadãos críticos, isto é, indivíduos que participam ativamente do processo social. Isto supõe ampliar cada vez mais o acesso de todos à educação; garantir um nível cada vez mais elevado de acesso ao saber, o que implica melhorar as condições gerais de trabalho de todos os envolvidos no processo; buscar métodos democráticos e ativos de ensino-aprendizagem; estabelecer uma interação ativa entre a escola e a comunidade; estabelecer formas democráticas e participativas tanto na gestão da escola quanto na elaboração da política educacional mais geral etc. Em resumo, construindo experiências de educação democrática, participativa, autônoma e sintonizada com os interesses das classes populares. **TONET**. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 469-484, jul./dez. 2005 http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html

E embora alguns projetos educacionais, como o projeto neoliberal, priorizem o desenvolvimento econômico e social destacamos aqui que se faz necessário um pleno desenvolvimento social que promova a igualdade e a justiça social e que promova acima de tudo a emancipação humana ao invés da alienação através do trabalho. O modelo de sociedade que temos se mostra através de sua crise estrutural, incipiente para desenvolver-se por igual as nações e povos. Se mostra a cada dia mais insustentável ambientalmente e socialmente, onde o crescimento econômico desigual tem propiciado um desenvolvimento societário desigual, no qual uns poucos se apropriam da riqueza produzida pelos muitos, através da exploração da força de trabalho destes.

O desenvolvimento social que se torna possível e viável no seio da sociedade capitalista ocorra, é o modelo no qual o Estado promova políticas públicas no âmbito da garantia e do acesso aos direitos sociais, como forma de promover o acesso ao exercício da cidadania (esta restrita as amarras do liberalismo), trazendo à cena ações que reflitam na melhoria da qualidade de vida de produção e reprodução das relações sociais em meio a sociedade capitalista. Ao mesmo tempo, pode a classe do povo (trabalhadores ou desempregados), criar mecanismos que ao serem aplicados por meio das lutas e mobilizações sociais, reflitam e garanta um futuro pautado na transformação social, igualdade e justiça social, integrando o conjunto social onde a educação e o trabalho seja universalizado.

Ao longo da história da Educação Profissional nos foi possível identificar seu nascimento, amadurecimento e contradições, atrelado ao contexto maior da sociedade e da educação brasileira.

Através da presente Pesquisa nos ficou nítido que a Educação Profissional e Tecnológica que nasce em 1009 já sobre um decreto presidencial, construída historicamente sobre as bases da continuidade e descontinuidade, no âmbito da imposição de decretos que eram e são elaborados, seja de acordo com o ponto de vista do governo que o elabora, seja de acordo com o ponto de vista da sociedade, vem sempre a privilegiar maciçamente as relações capitalistas de trabalho, nas quais a qualificação de mão de obra coloca-se ao campo da pesquisa, como relação contraditória, onde ao mesmo tempo em que temos a Educação Profissional e Tecnológica qualificando jovens para o mercado, e reforçando o caráter dúbio da Educação Brasileira através da formação técnica e

tecnológica presente nos Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia, a exemplo o IFCE – campus Iguatu, temos uma Educação Profissional e Tecnológica que se construiu historicamente sobre os discursos do desenvolvimento da nação e mais recentemente sobre o discurso da emancipação humana e da cidadania. Desta forma nos torna propicio afirmar que há uma dissociação entre o discurso e a prática no contexto do percurso histórico da Educação Profissional e Tecnológica.

A Educação Profissional e Tecnológica que temos hoje é fruto de mais de cem anos de caminhos e descaminhos no contexto macrossocial e secular da história da Educação e da sociedade brasileira. Neste longo percurso a Educação Profissional e Tecnológica que se constituiu enquanto modalidade de ensino se construiu de forma a atender os interesses governamentais, de acordo com as necessidades políticas, sociais, e principalmente econômicas, sentidas nos diversos e inúmeros contextos em que se configurou e se configura a história da sociedade brasileira.

Porém embora reconhecendo o grande percurso histórico, percorrido pela Educação Profissional e Tecnológica brasileira, reconhecemos também que a mesma ainda encontra significativos desafios para se efetivar diariamente enquanto uma modalidade de ensino que promove a emancipação não só política mais humana e econômica, devido a lógica mercadológica imbuído ao modelo de ensino profissional técnico e tecnológico, através do tecnicismo e do pragmatismo presentes nos conteúdos curriculares dos cursos técnicos e tecnológicos, onde o que predomina, segundo um significativo número de discentes e docentes do IFCE campus Iguatu, entrevistados nesta pesquisa, é a formação que na maioria das vezes baseia-se apenas ou em sua maior parte no tecnicismo e no pragmatismo e na formação para o mercado, ao invés de uma formação que também possibilite a subjetividade critica e a analise da totalidade macrossocial local e regional.

No entanto, o Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Ceará campus Iguatu, enquanto instituição de ensino inserida na Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica, esta que por sua vez está inserida dentro do contexto maior da Educação brasileira, se afirma enquanto instituição que atua junto na construção da universalização e generalização da Educação de nível médio e superior, sobre o discurso da geração e fortalecimento de condições estruturais necessárias ao desenvolvimento local e regional na perspectiva da construção da cidadania, apesar das dificuldades e desafios que ainda existe no seio da instituição no âmbito do tripé: ensino, pesquisa e extensão, e da atuação direta junto a sociedade local e regional, devido por exemplo a dificuldades orçamentárias, que cada vez mais vem sendo postas como processo de sucateamento e desvalorização da Educação Publica de qualidade.

6. CONCLUSÕES

A Educação Profissional e Tecnológica encontra-se desde seu nascimento em um processo histórico de construção e desconstrução de modelos institucionais, incumbidos de formar técnicos de acordo com as necessidades produtivas de mão de obra qualificada.

Os instituições federais de ensino profissional e tecnológico passaram por um longo período histórico, onde cada institucionalidade nova vinha sob decreto presidencial sem uma discursão aprofundada com o corpo das instituições já existentes.

Os hoje Institutos Federais derivam de interesses políticos e econômicos (a exemplo a briga de alguns Centros Federais de Ensino junto ao MEC, para se tornarem Universidades Tecnológicas, e pelo outro lado a intensão do governo em expandir o ensino superior e profissionalizante a baixo custo) em formar mão de obra qualificada para o mercado, ao mesmo tempo em que se discursava e cedia uma parte de possibilidade de conquista da cidadania aos indivíduos atendidos pelo ensino profissionalizante. Fatos que culminou para a expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica.

É de extrema importância que os indivíduos que estão inseridos, e que por isso fazem parte da Educação Profissional e Tecnológica, se coloquem contra a lógica mercadológica que está imbuída e incumbida à mesma, como forma de defender a formação que contribua para a emancipação humana e não para a alienação, para o pragmatismo e para o tecnicismo.

Os Institutos Federais, inclusive do Ceará, em uma pequena e limitada parcela, colocam-se como peças chaves da expansão do ensino técnico-profissional e do ensino superior. Porém é

necessário saber qual a qualidade desta expansão e o porquê dela, já que ela se faz no contexto e no seio das políticas neoliberais para a Educação brasileira.

É necessário que as pesquisas e pesquisadores, se detenham profundamente, a saber porque e quais os interesses há por trás do que está dado e posto no contexto da Educação Brasileira.

AGRADECIMENTOS

Ao Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia do Ceará juntamente com a FUCAP – Fundação Cearense de Apoio a Pesquisa, pelo financiamento.

A todos os participantes (entrevistados) nesta pesquisa, pela disponibilidade de cooperar no enriquecimento desta pesquisa e a minha Orientadora, Claudene Bezerra, pela disponibilidade contínua na minha orientação.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACHADO, Lucília Regina de Souza. **A CARTA DE 1988 E A EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA: interpretação de um direito e balanço aos vinte anos de vigência.** http://www.mestradoemgsedl.com.br/wp-content/uploads/2010/06/A-CARTA-DE-1988-E-A-EDUCA%C3%87%C3%83O-PROFISSIONAL-E-TECNOL%C3%93GICA.pdf. Data de acesso: 06/07/2012..

ANTONIO DEMONTIÊU AURÉLIO SOARES. 2010. Instituto De Agronomia Programa De Pós-Graduação Em Educação Agrícola – UFRJ. http://www.ia.ufrrj.br/ppgea/dissertacao/Antonio%20Demontieu%20Aurelio%20Soares.pdf. Data de acesso: 06/07/2012.

ARAÚJO, AGUIAR, MAIA, LOPES 2010. V 4 N 1 **CONEXÕES - CIÊNCIA E TECNOLOGIA.** – Ano 4, nº 1, (nov. 2010) Fortaleza: IFCE, 2010. http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=ara%C3%BAjo%2C%20aguiar%2C%20maia%2C%20lopes%202010.%20v%204%20n%201%20conex%C3%B5es%20ceincia%20e%20tecnologia.&source=web&cd=1&sqi=2&ved=0CE0QFjAA&url=http%3A%2F%2Frevistaconexoes.ifce.edu.br%2Findex.php%2Fconexoes%2Farticle%2Fdownload%2F417%2F279&ei=i_P2T8ajOYm06wHb6Zn1Bg&usg=AFQjCNGBwqr_R7q1q3dPHu9_UTO7-e83Xw

Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica *http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf* **Data de acesso 06/07/2012** *P.2.*

DECRETO Nº 2.208 DE 17 DE ABRIL DE 1997. http://portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/dec2208.pdf. Data do acesso 06/07/2012

FIGUEREDO, Severina Gadelha**. Educação profissional com compromisso social: 100 anos de uma caminhada singular**. Fortaleza: IFCE, 2010.

FIGUEREDO, Severina Gadelha**. A Educação Profissional e Tecnológica nas Políticas Públicas de Educação** – análise critica de seus princípios finalidades e objetivos. Fortaleza, 2008. Data de acesso 26/06/2012. http://www.poleduc.ufc.br/wp-content/uploads/2012/02/SEVERINA-GADELHA-FIGUEIREDO.pdf

Instituto Federal de educação, Ciência e Tecnologia. **Concepções e diretrizes**. MEC. Pag.7)http://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=instituto%20federal%20de%20educa%C3%A7%C3%A3o%2C%20ci%C3%AAncia%20e%20tecnologia.%20concep%C3%A7%C3%B5es%20e%20diretrizes.%20minist%C

3%A9rio%20da%20educa%C3%A7%C3%A3o.%20page.7)%5D&source=web&cd=1&ved=0CEgQFjAA&url=http%3A%2F%2Fportal.mec.gov.br%2Findex.php%3FItemid%26gid%3D6691%26option%3Dcom_docman%26task%3Ddoc_download&ei=M_X2T93zB4ik9ATlnbXDBg&usg=AFQjCNHcFRQWNu7ZkcoIXz3ZDNj7yyUMJA

LEI DE DIRETRIZES E BASES DA EDUCAÇÃO NACIONAL. 1971. http://www.smec.salvador.ba.gov.br/site/documentos/espaco-virtual/espaco-legislacao/EDUCACIONAL/NACIONAL/ldb%20n%C2%BA%205692-1971.pdf data de acesso 06/07/2012.

Ministério da Educação Centenário da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. Acessado em 22 de maio de 2011, no site http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/centenario/historico_educacao_profissional.pdf 2009.

NEVES, Lúcia Maria Wanderley e PRONKO, Marcela Alejandra **O mercado do conhecimento e o conhecimento para o mercado: da formação para o trabalho complexo no Brasil contemporâneo**. - Rio de Janeiro: EPSJV, 2008. http://sintufes.org.br/diversos/O%20Mercado%20do%20Conhecimento%20e%20o%20Conhecimento%20Para%20o%20Mercado.pdf **Data de acesso:** 06/07/2012

OLIVEIRA, Elenilce Gomes de. **A REFORMA E A CONTRA-REFORMA DA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL BRASILEIRA** - UFCGT: Trabalho e Educação/n. 09.http://www.anped.org.br/reunioes/27/gt09/t096.pdf

ORAGGIO, Liliane e Viktor, Mariana http://accessdenied.casa.abril.com.br/casaclaudia/edicoes/0561/casas/mt_278333.shtml data de acesso 06/07/2012

Oliveira Dalila Andrade e Duarte, Adriana. **Política educacional como política social: uma nova regulação da pobreza** PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 279-301, jul./dez. 2005 http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html

PACHECO, Eliezer. **NOVAS PERSPECTIVAS PARA A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA.** http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_novasperspectivas_eliezerb.pdf data de acesso: 06/07/2012.

PACHECO, Eliezer. Os Institutos Federais: uma revolução na Educação Profissional e Tecnológica. Brasília: Ministério da Educação, 2009.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **A REDE FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA E O DESENVOLVIMENTO LOCAL** CAMPOS DOS GOYTACAZES 2003. http://www.ucam-campos.br/ucamcidades/dissertacoes/dissertacoes-1/dissertacoes- 003/Luiz_Augusto_C_Pereira.pdf. data de acesso: 06/07/2012.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. **Institutos Federais de Educação Ciência e Tecnologia.** http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf3/artigos_ifet_jornal.pdf data de acesso 06/07/2012.

PEREIRA, Luiz Augusto Caldas. A Expansão da Rede Federal de Educação Profissional e Tecnológica. http://portal.mec.gov.br/setec/arquivos/pdf2/artigos_caldas.pdf data de acesso: 06/07/2012

PEREIRA, Maria de Fátima Rodrigues. **DOIS SENTIDOS PARA A EDUCAÇÃO NA DÉCADA DE 1980: DEMOCRACIA E CIDADANIA/ IMPLICAÇÕES HISTÓRICAS**.

http://www.histedbr.fae.unicamp.br/navegando/artigos_pdf/Maria_de_Fatima_Rodrigues_Pereira_artigo.pdf. Data de acesso: 06/07/2012.

REVISTA E POLÍTICAS EDUCACIONAIS E CULTURAIS DO SINASEFE. Setembro 2010. http://www.sinasefe.org.br/antigo/revista_sinasefe_03082010.pdf **Data de acesso 06/07/2012**

Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica/ Ministério da Educação, Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica. V.1. n.1. (junho. 2008). – Brasília: MEC, SETEC, 2008. . http://pt.scribd.com/doc/82910136/REVISTA-BRASILEIRA-DE-EDUCACAO-PROFISSIONAL Data de acesso: 06/07/2012

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. **História da educação no Brasil**. 29. ed. Petrópolis-RJ: Vozes, 2005

SILVA, Caetana Juracy Resende (cood), et al. Institutos Federais lei 11.892, de 29/11/2008: comentários e reflexões/ Organização. Nata: IPRN, 2009.70p.

TONET. PERSPECTIVA, Florianópolis, v. 23, n. 02, p. 469-484, jul./dez. 2005 http://www.ced.ufsc.br/nucleos/nup/perspectiva.html